****

Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias - FAC

Pós-Graduação em Direito Educacional

Maruzana Gonçalves Gusmão

Direito Educacional Interface com os Direitos dos Trabalhadores em Educação

Itambé-Ba

2012

****

Maruzana Gonçalves Gusmão

Direito Educacional Interface com os Direitos dos Trabalhadores em Educação: Perspectivas e Avanços.

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação emDireito Educacional como trabalho de conclusão de curso-Padma Consultoria, Pós-Graduação e Projetos Educacionais.

Orientador: Dr. Joélio Barros de Oliveira.

Itambé-Ba

2012

**Agradecimentos**

À Deus, porque só Ele pode concretizar planos em nossas vidas.

Às nossas mães por serem serenas e confiantes, estabelecendo em nós a força de vontade.

Nenhum homem pode frustrar os planos de Deus

em nossas vidas...

**Resumo**

A educação brasileira elenca diversos fatores positivos e negativos que influenciam diretamente o âmbito da educação nos vários sistemas e unidades. A possibilidade de avanço é grande, porém depende de todos os envolvidos no sentido da busca de quaificação para conhecimento da nossa Legislação Educacional.É preciso que todos os envolvidos na busca da educação de qualidade sejam conhecedores das leis com maior minuciosidade para que os direitos e deveres dos profissionais da educação sejam de fato efetivados conforme a Constituição Federal do Brasil.

**Palavras-Chaves:**

Direito Educacional,Profissionais de Educação, Direitos e Deveres,Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

**Justificativa**

O Direito Educacional é importante porque constitui-se de direitos legitimados na Constituição Federal Brasileira, evidencia em aspectos educacionais de direitos a viabilização do respeito, da dignidade, da legitimidade bem como da moralidade o ato da educação.

É preciso moralizar a educação brasileira, para isso, os profissionais da educação devem se qualificar, adquirir conhecimentos dos seus direitos e deveres, para uma interpretação e coerência das leis bem como na qualidade executada e no avanço profissional dos trabalhadores da educação no Brasil.

Sendo assim as perspectivas de avanço na educação brasileira viabilizará a ampliação de propostas com qualidade para dignificar a inclusão social de modo que tanto o ensino quanto a aprendizagem sejam prioridade para todos aqueles que buscam seus direitos e deveres.

**Introdução**

O presente artigo científico é direcionado para o Direito Educacional, interface com os Direitos dos Trabalhadores em educação: perspectivas e avanços é voltado para assegurar aos profissinais da educação seus direitos pertinentles na educação.

Percebe-se que à medida que os profissionais da educação conheçam e interpretem a Legislação educacional assegurem o acesso aos seus direitos contribuindo para o desenvolvimento profissional.

A meta da pesquisa objetiva demonstrar a importância do conhecimento da Legislação como garantia do bom desenvolvimento e avanço profissional, ao mesmo tempo permitir a reflexão do papel da Legislação na carreira profissional em educação.

Surgiu da observação como o Direito Educacional pode interferir na vida na vida profissional dos trabalhadores em educação, assegurando os seus direitos pertinentes na Legislação, demonstrando a importância do conhecimento da Legislação e do Direito Educacinal dos trabalhadores da educação como garantia do bom desenvolvimento e avanço profissional.

Desta forma deve-se permitir a reflexão do papel da Legislação na carreira do profissinal em educação e também demonstrar que a qualificação profissional relacionada ao Direito Educacional é uma garantia para todos profissionais que atuam no âmbito educacional. Uma vez que a própria Constituição Federal garante os direitos a todos os profissionais da educação, como também é evidenciada na LDB.

Desde a época do Descobrimento do Brasil, as evidências da importância do ato de ensinar e aprender era vivenciada constantemente em vários aspectos observados, era um futuro país que estava sendo descoberto e ao mesmo tempo, habitado por pessoas que já possuíam a sua cultura e precisava aprender nova cultura e novos hábitos. Os indígenas pertencentes a tribos diferentes possuíam uma necessidade de viver com novos grupos, novas raças e novos costumes, principalmente dos portugueses, mesmo que para muitos, esse não era o objetivo principal.

Os Jesuítas tiveram importante papel na história brasileira, porque apesar de também serem portugueses, propunham contribuir com as nações indígenas vez por interesse do governo português, outrora por ao ensinar novos hábitos e costumes de pessoascivilizadas aos índios, também tinham oportunidade de catequizá-los com a doutrina da Igreja Católica, esta religião principal do país de Portugal. Desta forma observa-se que a educação iniciada pelos padres Jesuítas constitui-se importantíssima na construção histórica do conhecimento.

Ao longo da história brasileira a educação foi contextualizando os aspectos da sociedade, uma nova etapa foi marcada no período do Feudalismo, os grandes latifundiários, os grandes proprietários de terras, pessoas que possuindo rendas nas suas fazendas de gado, cacau, café, cana-de-açúcar, a custa do trabalho escravo nas grandes senzalas, tinham em mente a educação como modo de grande posição social e aspecto de progresso. Desta forma é observado que das distintas profissões da época dos coronéis das terras, era ato fundamental dos pais mandarem as filhas para as capitais para que pudessem estudar e se tornarem professoras. As filhas dos fazendeiros realizavam os seus estudos e quando retornavam para a casa grande nas fazendas dos seus pais lecionavam para alunos que na maioria das vezes ou eram escravos ou filhos dos mesmos. Esse período foi importantíssimo, pois a educação já era um ato consumado na época.

O Brasil foi evoluindo bastante em relação a educação, até porque a Constituição brasileira determina que a educação é direito de todos. Muitas escolas foram criadas em função de gerar qualidade e deu acesso a todos.

Observa-se que a educação elenca séries, ciclos para proporcionar a todos formação completa.As escolas que trabalham com ensino Fundamental a e Médio e Superior prioriza a todos a construção de conhecimento eficaz, científico e técnico por prioridade.

Ao mesmo tempo são várias leis que foram criadas ao longo do tempo . A lei mais recente da educação é a LDB 9394/96, nela contém todos os aspectos, artigos, incisos e parágrafos que viabilizam a educação brasileira.

A Constituição Federal é constituída de todas as leis que rege o nosso país, apresenta e aborda direitos e deveres em todos os aspectos das diversas áreas.

Em muitos momentos é possível perceber que o cumprimento destas leis não ocorre na integridade devido instabilidade de conhecimentos dos brasileiros que em sua maioria, não buscam por não conhecerem, ou os órgãos cabíveis para fazer cumprir não delegam o cumprimento dos mesmos.É notório que as leis brasileiras são íntegras e a Constituição brasileira é uma das mais perfeitas do mundo, porém o exercício do cumprimento dos direitos depende da demanda, cobrança de cada cidadão.

A LDB 9394/96, propõe educação como direito de todos, capacitação dos profissionais de educação, merenda escolar de qualidade, jornada de trabalho, dentre vários outros direitos. Porém, só serão consumados os direitos, quando requeridos perante ao Ministério Público ou Judiciário e quando o cumprimento desses direitos não acontecer.Desta forma, a evidenciação dos valores, da dignidade com a educação de fato será consumada.

O Direito Educacional é constituído por toda a concepção de educação existente, é o Direito Educacional que retrata a condição dos direitos na educação. Não é possível se inserir na educação sem o conhecimento prévio da educação.

É de excelência os direitos tratados para o ato de educar, isto deve-se proporcionar ao educando a progressão dos "por quês" existentes na concepção de direitos.

O contexto brasileiro é formado por direitos e deveres consumados no próprio direito educacional. Os profissionais de educação tem buscado formação superior na área do Direito Educacional, em níveis de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, com o objetivo de formar mais profissionais que possam de fato fazer valer o que está estipulado definido e decretado na Constituição Federal Brasileira, pois muitos dos direitos e deveres ainda só existem no papel, na prática é como se existissem. desta forma o Direito Educacional prioriza a formação de profissionais que conheçam e ao mesmo tempo interpretem as leis de forma a mudar a concepção do ato de educar e ensinar nosso país, numa concepção também dos profissionais da educação poder saber exigir a consumação dos seus direitos e deveres.

Em meio a inúmeras mudanças e transformações, os trabalhadores conquistaram os seus direitos e deveres inseridos na Constituição federal brasileira, porém especificamente estes direitos e deveres estão mais claros na LDB, pois referem-se à educação. são grandes conquistas que os trabalhadores em educação alcançaram, porém as propostas existentes são alcançadas por muitos que não interpretam as leis para que os seus direitos sejam válidos. Em muitos municípios, os profissionais da educação são humilhados e massacrados, alguns deles nem salário mínimo recebem, são perseguidos por políticos e não buscam os seus direitos.Ainda é possível na sociedade brasileira, perceber a desinformação, o medo e a perseguição.

Foram muitos avanços e conquistas alcançados, referentes à educação no Brasil.Além da ampliação das escolas, criação de outros centros com prioridades diferenciadas para alunos na diversidade, físicos, humana, social, cultural, educativa e psicológica, com profissionais capacitados e especializados em áreas afins.

A escola passou a ter tempo integral para atender a demanda do alunado com o objetivo de desenvolvimento das potencialidades do mesmo na totalidade. Foi preciso implantar diversas políticas públicas para que a educação fosse alcançada por todos: FUNDEF, FUNDEB, com a proposta de qualidade do salário do professor como investimento na educação do Ensino Fundamental e Médio. Além disso o Governo federal implantou programas como PAR (Plano de Ações Articuladas), onde o secretário de educação promove ações diversas no município, além deste programa dar acesso às escolas em outros programas como o SIMEC, o PDE ( Plano de Desenvolvimento escolar), PDE interativo, escola acessível que possibilita dar acesso físico, pedagógico e tecnológico a todos sem distinção.

O Governo Federal tem investido na educação a partir do sistema Alimentação Virtual, onde o Ministério da Educação acompanha todas as escolas cadastradas do Brasil. são programas para melhorar a qualidade da educação indígena, quilombola, dentre outras que estão sendo evidenciadas: Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos.

A educação brasileira avançou bastante em todos os aspectos de qualidade, permanência,acesso e também em aspectos que antes foram analisados referentes ao ranque mundial.

A educação inicialmente estava associada às mulheres por grande êxito estabelecido por elas no ensino, porém sabe-se que a educação contextualiza concepções que viabilizam a formação e a informação do ser humano, desta forma, sendo múltipla, ela é capaz de ser apropriada tanto por homens quanto por mulheres, ela não se estabelece sem objetivos, constrói e desconstrói conceitos e evidências, gerando a proporcionaidade e desenvolvimento de habilidades vez consistentes, outras vezes consolidadas por pessoas.

Neste contexto, analisa-se que toda estrutura educacional é organizada e fundamentada em meio a mudanças, necessidades, evidências e prioridades.

A educação elencada à demanda de interesses e comodidades é elemento de transformação, desde o início do sécuo, com propósitos claros de reconstrução, renovação social, bem quanto objeto de informação e formação que viabilizou todo o progresso humano.

Em muitos momentos da História da educação brasileira observa-se lutas, conflitos e mudanças. Os profissionais da educação brasileira tampouco não são diferentesà maioria das categorias de trabalhadores do nosso país.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, determina a valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da leiPlanos de Carreira do Magistério Público como piso salarial e egresso exclusivamente por concurso publico, provas e títulos. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 em seu Artigo 67 reafirma os princípios Constitucionais de ensino, destacando que os sistemas devem promover a valorização dos profissionais de educação.

A concepção de educação por conceitos firmados na LDB, a organização educacional se pauta em ética profissional a partir do respeito, do cumprimento dos deveres, que são cumprimento dos deveres , que são atribuições também desses profissionais., pois os seus direitos são propostas de lutas travadas pelos sindicatos que são de importância árdua e apta para todos os profissionais que na medida do possível não contextualizam a busca dos seus direitos e através dos sindicatos regulamentam as grandes conquistas, como também fundamentam o cumprimento das leis de valorização destes profissionais.

Por outro lado, o contexto social da educação brasileira apresenta inúmeros problemas referentes à direitos e deveres que na sua maioria não são fruto de intervenção por parte desses profissionais, pela razão da ausência de conhecimentos. Os profissionais da educação brasileira precisam elencar em sua demanda, o conhecimento, a especialização dos valores referente à sua profissão.

Pode-se perceber que além da existência dos sindicatos, organizações e instituições que debatem e priorizam mudanças na educação, é possível viabilizar na educação, mudanças consideráveis na formação destes profissionais mais criticamente, sendo os mesmos capazes de compreender o seu próprio nível de conhecimento.

Sendo assim, espera-se que as mudanças ocorridas determinem novos diagnósticos para efetivo exercício da cidadania por homens e mulheres no ambiente da sociedade , que determinam e geram reflexões a cada momento.

Em meio a tantas mudanças torna-se possível a cada dia uma busca incessante por conhecimentos pelo homem, na tentativa de a partir dos conhecimentos inseridos no seu espaço e Constituição Federal Brasileira, ele possa absolver e fundamentar concepções que o ajude a sobreviver melhor.

A educação é a mola mestra que move o mundo, só ele é capaz de dar aos seres humanos, dignidade de viver, pois é através dela que se iniciou as escolas, sindicatos, empresas, delegacias, promotorias e justiça. Em si, os verdadeiros educadores estão nos mais diversos e importantes lugares, orientandop, ensinando, consolando, instruindo, formando e informando as pessoas no mundo inteiro.

Nesta concepção, espera-se que homens e mulheres em lugares afins, busquem instruir-se para interagir melhor na busca pelo respeito e cumprimento dos seus direitos e deveres adquiridos na sociedade.

**Referência**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. DF: Senado, 1988.